

---

O ALGARVE  
NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

---

*José António Telles Gomes*

---

## O ALGARVE NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

---

### RESUMO

*O Algarve «ilha» é a razão prevalecente da sua individualidade e identidade.*

*O seu espaço histórico e cultural confere-lhe um lugar de relevo na afirmação centenária de Portugal como país europeu detentor das mais antigas fronteiras.*

*Região ribeirinha, território periférico, reserva de soberania, ponto de partida para a gesta do Império, mescla de gentes, povos e etnias, extremidade sudoeste da Europa estas são realidades indimentáveis da geopolítica do Algarve.*

*A sua posição geoestratégica privilegia sobremaneira a sua inserção no chamado «quase-arquipélago português».*

*Situado nas principais rotas marítimas que ligam o Mediterrâneo e o Médio Oriente à Europa industrializada e ao continente americano, próximo de um dos «choke points» mais importantes como é o estreito de Gibraltar, fronteira ao conturbado Noroeste africano, o seu geofactor recomenda-o para um papel de sentinela avançada do flanco sudoeste da NATO.*

*Ao contribuir para a afirmação internacional do País e para a segurança do Ocidente, dentro da nossa vocação atlântica, a sua litoralidade e «insularidade» outorgam-lhe particulares responsabilidades na defesa das águas territoriais e do espaço da ZEE que lhe está confinado.*

## 1 — CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A perspectiva Algarve «ilha», razão de ser da sua individualidade e identidade, se não mesmo de uma unidade que tem perdurado ao longo de séculos, alicerça-se fundamentalmente nas suas características geográficas.

Rodeado pelo oceano Atlântico por dois lados, a Sul e a Poente, isolado do resto do território metropolitano por uma cordilheira montanhosa, recortada, nalgumas zonas com vertentes abruptas, e separado de Espanha, a Nascente, pelo rio Guadiana, o Algarve, com os seus cerca de 5000 quilómetros quadrados de superfície, mais se assemelha, pela sua configuração e pelo seu marcado isolamento geográfico, a uma autêntica «ilha».

As suas reduzidas dimensões, as dificuldades de comunicação em relação ao resto do País (recorde-se que o Algarve só é acessível através de três penetrantes: uma faixa estreita no litoral, em S. Marcos da Serra e no eixo Barranco Velho S. Brás de Alportel), uma orla marítima de 150 quilómetros, banhada por águas calmas e com algumas reentrâncias dotadas de bons portos e fundeadouros, e, ainda, a prevalência de um clima benigno, conferiram ao Algarve uma vocação marcadamente marítima, tendo o Atlântico como cenário e como zona de expansão natural.

Atente-se que o «reino-ilha», desde os seus primórdios até ao século XX só era praticamente acessível por mar... Ainda, em finais do século passado, demandar a capital algarvia constituía uma autêntica aventura, desde que se não viajasse de barco. Com efeito, basta ter presente que quem quisesse atingir Faro teria de utilizar pelo menos três meios de transporte. Até Beja pelo caminho de ferro, daqui para Mértola o percurso era feito de diligência; nessa vila alentejana tomava-se o barco descendo o Guadiana até Vila Real de Santo António e daí para Faro novamente em diligência.

Daí que o mar tenha sido, desde sempre, o ponto de partida e de chegada do homem algarvio.

## 2 — O ALGARVE: AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DE PORTUGAL

Esta vincada matriz de «insularidade» andou sempre intimamente associada à afirmação histórica e centenária de um Portugal independente e soberano em relação ao seu então poderoso vizinho castelhano.

A sua inserção no território lusitano deu a Portugal a dimensão definitiva do seu rectângulo, tornando-o no país europeu detentor das mais antigas fronteiras que, salvo pequenos reajustamentos pontuais de raia, mantém hoje os mesmos limites de há 7 séculos.

Desde meados do século XIII, integrado com personalidade jurídico-constitucional própria no reino de Portugal, está o Algarve intimamente interligado à história pátria.

Tendo aderido à causa do Mestre de Aviz associou-se, desde a primeira hora, ao início da nossa expansão, dado o apoio prestado à conquista de Ceuta, e isto para já não nos referirmos ao intercâmbio militar e comercial existente com os cruzados que se dirigiam à Terra Santa.

Assumindo, integralmente, o seu papel geoestratégico de então, o Algarve postou-se como sentinela vigilante em relação ao tráfego marítimo que demandava o «mare nostrum» mediterrânico. Ao tentar garantir a liberdade dos mares, na sua esfera de acção, ao mesmo tempo que salvaguardava os seus portos e as suas populações das cobiças alheias, na altura os corsários mouros, o Algarve interpretava fielmente uma das missões típicas da sua litoralidade.

Com o Infante D. Henrique e a Escola de Sagres a sua ligação umbilical à gesta do Império é indissociável da sua autêntica vocação marítima e universal.

Mas a sua característica de região periférica constitui-se, igualmente, como factor de reserva de soberania, e vários são os exemplos em que do Reino do Algarve partiram afirmações insofismáveis de portuguesismo em reforço da coesão nacional, isto em alturas em que porventura ela se achava mais abalada. Disso são testemunho os episódios de explosão de amor pátrio que deflagraram no domínio filipino e que conferiram a Olhão a honrosa designação de Vila de Restauração.

Mas é ainda no periférico Algarve que as tropas do invasor napoleónico sofrem os primeiros reveses e o liberalismo aperta o cerco ao absolutismo miguelista.

A realidade do Algarve «ilha» ao outorgar a Portugal o domínio, por incorporação no todo nacional, de extremidade Sudoeste da Europa, ao mesmo tempo que reforçou a coesão funcional, aumentando-lhe o seu espaço vital, veio, também, proporcionar-lhe outra dimensão histórica e cultural, tendo o mar como a génese de sua existência como país soberano.

### 3 — O ALGARVE DE HOJE NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

#### *Levantamento das suas principais condicionantes*

A actualidade, a NATO, o conflito Leste/Oeste, trouxeram ao Algarve «ilha» uma importância geoestratégica (até hoje relegada para um plano secundário) enquadrando-o, com alguma propriedade, naquilo a que já se convencionou designar como o «quase-arquipélago português».

O seu posicionamento geopolítico tanto pode constituir, numa perspectiva de defesa nacional, uma vulnerabilidade como uma potencialidade.

E se não, vejamos alguns factores que se interligam com a sua situação geográfica suficientemente reveladores dessa prevalência:

- a) O Algarve desfruta de uma posição privilegiada no acesso ao estreito de Gibraltar e ao Mediterrâneo;
- b) No seu mar territorial confluem as seguintes grandes vias marítimas:
  - As que contornam, vindas do Índico ou do Extremo Oriente, a costa ocidental de África (rota do Cabo) e se dirigem sobretudo para a Europa do Sul e ainda a Europa do Norte;
  - As que vêm do Mediterrâneo e do Médio Oriente (via canal do Suez) em direcção à Europa do Norte e à América do Norte;
  - As que vêm da costa ocidental da América do Sul para o continente europeu.
- c) Ao largo das suas costas circula uma parte significativa dos 500 navios que por dia navegam no «triângulo» português e, que entre outros produtos, transportam cerca de  $\frac{2}{3}$  do petróleo importado pela Europa Ocidental, isto para além de outras matérias-primas consideradas vitais para as suas economia e segurança;
- d) Nas suas águas transitam uma parte bastante apreciável das importações portuguesas, sendo curioso recordar-se, neste contexto, que cerca de 90 por cento dos produtos adquiridos no exterior chegam via marítima;

- e) No seu espaço aéreo confinante entrecruzam-se alguns dos mais importantes corredores aéreos, sobretudo em relação aqueles que asseguram a ligação dos EUA ao Médio Oriente e ao Norte de África;
- f) Das suas costas ou ao largo das suas águas partem ou encontram-se instalados alguns dos mais primordiais sistemas de telecomunicações, mormente cabos submarinos, que estabelecem a ligação entre o continente europeu e o africano e sul-americano.

A estes factores, outros não menos importantes podem ser acrescidos, sobretudo, se se tiver em linha de conta que Portugal é um país membro da NATO.

Ora, sendo um facto consabido que a NATO se encontra territorialmente separada por mares e oceanos, em caso de conflito torna-se premente accionar os processos de transferência de recursos (humanos e equipamento) através de longas e necessariamente vulneráveis vias marítimas e aéreas.

Por outro lado, sendo vital para a defesa da Europa Ocidental a chegada rápida desses reforços, a salvaguarda de operacionalidade dessas vias de comunicações constituirá uma das preocupações fulcrais dos países da NATO.

Acresce que, sobre essas áreas, que assegurarão a retaguarda e o abastecimento, recairá a apetência dos adversários, pelo que a sua neutralização será o objectivo a alcançar. Daí a sua evidente vulnerabilidade...

Também aqui o enquadramento geográfico do Algarve faz incidir sobre o seu território e espaços adjacente e circundante (marítimo ou aéreo) o reconhecimento do seu potencial estratégico e a consequente co-responsabilização na garantia de que as inevitáveis operações de «sea-lift» e «air-lift» poderão ter lugar de forma fiável e segura.

A sua proximidade geográfica em relação ao Noroeste Africano é, igualmente, susceptível de contribuir para o reforço das preocupações portuguesas.

A instabilidade sócio-política da região, as acções que vêm sendo desencadeadas pela Frente Polisário e a atenção que alguns dos líderes mais radicais africanos e árabes, quiçá por pressão do internacionalismo soviético, continuam a dedicar às ilhas atlânticas, poderão repercutir-se no Algarve.

Refira-se, a propósito, que o explodir duma «área de crise» no Noroeste Africano pode conduzir, dadas as características do litoral algarvio, a tentativas de utilização do seu território para o trânsito clandestino de personalidades e até de equipamentos que atentem gravemente a soberania portuguesa e façam perigar a sua segurança interna.

A existência de uma ZEE extensa, pelas dimensões e recursos que eventualmente as águas do Algarve podem comportar, suscitará, a par de uma significativa potencialidade nacional, a sua acentuada vulnerabilidade.

Daí que, neste contexto, alguns problemas por vezes melindrosos possam ser colocados e afectem o pleno exercício das nossas capacidades de soberania.

A vigilância, protecção e defesa da nossa ZEE, confinante com o Algarve, em complemento com a exploração dos seus recursos, constitui-se como um dos mais graves problemas nacionais, dadas as suas múltiplas implicações sectoriais.

Aliás o contencioso existente no sector piscatório com a Espanha é disso exemplo revelador.

Por último, neste levantamento não necessariamente exaustivo das principais condições enformadoras das vulnerabilidades/potencialidades do Algarve «ilha», não queremos deixar de referir uma situação que normalmente passa despercebida, e que pela sua originalidade (dada a sua natureza eminentemente sociológica) se apresenta como factor de perturbação e até de instabilidade social.

A sua inserção pontual, neste contexto, fica a dever-se às implicações que dela decorrem para a segurança interna do País.

Em causa estão, naturalmente, as chamadas acções do «submundo».

Ora, sendo o Algarve uma região ribeirinha, de fácil acesso por mar, situando-se na confluência e na periferia de áreas internacionais de tensão estratégica e geopolítica, identificando-se, ainda, como área cosmopolita de serviços e de lazer, visto encontrar-se vocacionada para o turismo, o seu território poderá ser cenário de acções caracterizadas pela clandestinidade e que vão desde o tráfico de drogas e de armamentos às formas mais sofisticadas do terrorismo internacional e de outras actividades ilegais desenvolvidas pelos serviços secretos estrangeiros, isto para já não citar as práticas rotineiras do contrabando organizado.

A sua problemática é eventualmente complexa já que a marginalidade tem vindo a acentuar-se e a progredir, e desta apenas tem sido visível a ponta do «iceberg».

*Algumas medidas estruturais a implementar numa perspectiva de defesa nacional*

O quadro traçado confere ao Algarve particulares responsabilidades no que concerne à sua inserção no «triângulo» português e ao seu posicionamento em relação a alguns dos principais «choke points», cuja existência se reveste de grande sensibilidade para a defesa do Ocidente.

Neste entendimento, a salvaguarda da nossa soberania aliada ao nosso reconhecido «poder funcional» deverá constituir um imperativo de defesa nacional. A esse propósito será curioso ter presente a afirmação avisada de Maurice Bertrand, ao alertar para a circunstância de que a independência e a integridade territorial se defendem e preservam principalmente de amigos e aliados, e, apenas, a segurança de inimigos.

É, aliás, numa perspectiva global e permanente de defesa nacional que se julga oportuno, com base nos pressupostos delineados, apontar para a necessidade de ver implantadas no Algarve «ilha» algumas medidas estruturais mais ou menos relevantes.

Assim teremos:

— *No âmbito da dissuasão:*

Tendo em conta a posição geoestratégica do Algarve e os compromissos internacionais conferidos a Portugal, no contexto da Aliança Atlântica, há que acentuar e viabilizar os factores que possam contribuir para a capacidade de dissuadir ou até de defender em caso de conflito.

Entre eles destacamos:

- a) Instalação na Fóia (Monchique) de uma estação radar de detecção e controlo tendo em vista não só o reforço da garantia da integridade do espaço aéreo nacional como também a vigilância permanente, a todas as altitudes, no mar e em terra, da área compreendida entre os Açores, a Madeira e o estreito de Gibraltar.



A sua implementação, e a sua conseqüente integração no sistema de defesa aérea da NATO, permitirá o controlo aeronaval das vias de comunicação que se entrecruzam nessa área-charneira, vital para a defesa e segurança da Europa Ocidental.

O seu funcionamento, em caso de conflito, proporciona o accionamento prioritário e eficaz da defesa aérea em profundidade, em apoio das forças aeronavais responsáveis pelos reforços que serão enviados para o flanco sul da NATO.

Esta estação radar de detecção e controle aumentará a credibilidade de Portugal como membro da Aliança Atlântica e evitará que essa responsabilidade possa vir a ser reivindicada por terceiros...

- b) Melhoramento das infra-estruturas portuárias existentes e manutenção da sua operacionalidade.

A fiabilidade deste sistema, num território como o Algarve, cercado de águas tranquilas e dotado de bons fundeadouros, como são alguns dos localizados no Barlavento, assume especial relevância e aumenta o seu potencial estratégico.

- c) Assegurar a protecção terrestre do território algarvio face à sua vulnerabilidade e à extrema acessibilidade das suas fronteiras marítimas.

Este objectivo pode ser alcançado através de uma adequada cobertura de zonas mais sensíveis, por unidades militares dotadas de mobilidade ou de forças de segurança eficazes.

Assim se reforça a dissuasão, e contribui para o desencorajar de acções típicas do «submundo» e para eventuais tentativas decorrentes da proximidade geográfica de Noroeste Africano, e ainda para infiltrações de retaguarda não desejáveis.

— *No âmbito da ZEE:*

Sendo bem extensa a área da ZEE que confina com o litoral algarvio, impõe-se que os problemas relacionados com a vigilância, protecção e defesa sejam tomados em consideração, isto para além do incremento da exploração dos seus recursos.

A salvaguarda dos legítimos interesses portugueses, que o término do Acordo de Pescas com a Espanha veio acentuar, constitui-se, na presente situação, como afirmação inequívoca de soberania.

Daí que se afigure como curial a implementação de um adequado e funcional patrulhamento do espaço marítimo da ZEE através duma equilibrada interligação dos meios aéreos e navais.

No Sotavento, a vigilância e controlo das águas costeiras, no mínimo até às 18 milhas, deverão apresentar-se como objectivos prioritários.

— *No âmbito do desenvolvimento socioeconómico e cultural*

Dado o carácter global, permanente, intersectorial e pluridisciplinar que a defesa nacional comporta, as tarefas relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico e cultural do Algarve assumem papel preponderante.

A título meramente indicativo limitar-nos-emos a apontar as principais áreas sobre as quais deverá recair um conjunto de medidas estruturais que muito contribuirão para o reforço de uma filosofia de defesa nacional.

Entre elas destacam-se:

- a) A vulgarização, entre a juventude algarvia, de um verdadeiro espírito de defesa susceptível de aumentar a coesão nacional;
- b) A adequação científico-tecnológica dos cursos ministrados na nova Universidade do Algarve a uma perspectiva de defesa nacional, que estimule o estudo e a investigação das potencialidades da região;
- c) A implementação de um plano de desenvolvimento regional equilibrado, que atenuie as assimetrias existentes entre o litoral, o barrocal e a serra;
- d) A criação de programas de desenvolvimento sectoriais para a agricultura, pesca e turismo, que minimize as suas vulnerabilidades e maximize as suas potencialidades;
- e) A reconversão e/ou beneficiação do eixo rodoviário Lagos-Vila Real de Santo António;
- f) A protecção harmoniosa e racional do meio ambiente;
- g) A criação urgente da Região nos termos preconizados pela Constituição da República.

#### 4 — CONCLUSÃO

Com base nas medidas estruturais preconizadas estará o Algarve em condições de assegurar o seu empenhamento numa verdadeira política de

defesa nacional. Exige-o a vontade colectiva dos seus cidadãos e reclama-o o reforço de coesão nacional, no respeito pelas características individualizadas de cada região, para a salvaguarda de valores pátrios essenciais como são a integridade do território e do espaço interterritorial, a independência nacional, a atlanticidade e a nossa lusitanidade de mais de oito séculos de existência.

*José António Telles Gomes*